

O Aborto e a Esperteza Saloia

Nuno Serras Pereira
11. 09. 2004

A esperteza saloia, ao contrário do que muitos poderão pensar, é coisa bem antiga. Se não vejamos, por exemplo, o caso do julgamento de Jesus. Pilatos “não querendo” condenar Jesus à morte, por não encontrar n’Ele culpa ou crime algum, mas *temendo* as consequências da sua decisão, recorre a uma manigância, mandando-o açoitar!, cuidando que assim saciaria e aquietaria o apetite implacável daqueles que exigiam a Sua crucifixão. Porém, como sabemos, a multidão não se moveu à piedade, mas antes cresceu em virulência exigindo a fortes brados a Sua morte, e morte de cruz. Importa aqui notar muito quatro coisas: 1- Pilatos era “pessoalmente contra a morte” de Cristo; 2- Pilatos, apesar de saber que Cristo estava plenamente inocente determina injustamente a Sua flagelação e, mais tarde, a Sua morte; 3 – Se Pilatos não tivesse recorrido à esperteza saloia Jesus poderia ser crucificado, mas não era flagelado. Isto é, a manha não só nada resolveu como, ao invés, só piorou a situação; se Pilatos em vez da saloia tivesse feito o que era de sua obrigação Jesus não teria sido crucificado; 4 – Ser de facto contra a morte de Cristo não deveria ser um estado de ânimo ou uma opinião ou uma questão *da* consciência, mas sim uma decisão e uma determinação firme e perseverante de recorrer a todos os meios lícitos e justos para evitar a Sua morte.

Nos dias de hoje muitos que se dizem católicos, inclusive políticos, actuam para com os inocentes nascituros, com quem Cristo Se identificou (Cf. Mt. 25, 40), do mesmo modo que o pusilânime Pilatos. Por raposice advogam a educação sexual nas escolas, por engrimação promovem a contracepção, por marosca aceitam a lei 6/84, por finura isentam sempre toda a abortadora de qualquer responsabilidade, por embeleco dão permanentemente voz e credibilidade aos abortistas, por artimanha invocam continuamente a vitória no referendo do aborto... Todas estas espertezas saloias têm como efeito inevitável o enfraquecimento da moral e do direito natural, bem como da doutrina cristã e, conseqüentemente, o incremento exponencial da “cultura” necrófila e abortófila, como, aliás, se tem verificado empiricamente noutros países.

Se há inimigo jurado dos Direitos inalienáveis de cada ser ou indivíduo pertencente à espécie humana, por conseguinte do Direito à vida, fundamento e origem de todos os demais, ele é o relativismo. Se não se aceita nem acolhe a verdade, que por sê-lo é universal, sobre a igual dignidade de cada ser humano, irremediavelmente o destino dos mais fracos ficará totalmente à mercê do poder arbitrário dos mais poderosos. Ora a verdade para ser acolhida tem de ser assimilada, para ser assimilada tem de ser entendida e memorizada, para ser entendida e memorizada tem de ser repetida e para ser repetida tem de ser anunciada e proclamada oportunamente e inoportunamente (Cf. 2 Tm. 4, 2). Se se cala peca-se por omissão, se se declara e publica o seu inverso peca-se por perversão.

Ignorar e contraditar o ensinamento do Papa João Paulo II, que confirma e desenvolve a doutrina anterior, no número 20 da encíclica o Evangelho da Vida (de 1995!) não é só um mistério indecifrável como ocasionará as consequências mais perniciosas e funestas: Quando a lei, votada segundo as chamadas regras democráticas, permite o aborto, o ideal democrático, que só é verdadeiramente tal quando reconhece e tutela a dignidade de toda a pessoa humana, é traiçoeiro nas suas próprias bases: Como é possível falar ainda de dignidade de toda a pessoa humana, quando se permite matar a mais débil e a mais inocente? Em nome de que justiça se realiza a mais injusta das discriminações entre as pessoas, declarando algumas dignas de ser defendidas, enquanto a outras esta dignidade é negada? Deste modo e para descrédito das suas regras, a democracia caminha pela estrada de um substancial totalitarismo. O Estado deixa de ser a «casa comum», onde todos podem viver segundo princípios de substancial igualdade, e transforma-se num Estado tirano, que presume poder dispor da vida dos mais débeis e indefesos, como a criança ainda não nascida, em nome de uma utilidade pública que, na realidade, não é senão o interesse de alguns. (cf. João Paulo II, *Evangelium Vitae*, nº 20).

Porque será que ninguém em Portugal, mas, com excepção de uma pessoa, mesmo ninguém anuncia esta verdade tão excelente? É que toda a outra argumentação que tem sido usada sobre votações e referendos, geralmente falando, é radicalmente relativista e desloca a questão do âmbito da razão para o da nietzschiana vontade de potência. Seguramente que a intenção dos autores não é minimamente essa, mas a verdade é que a mensagem que objectivamente passa é precisamente aquela a que eles se opõem.